



215
1

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0215717-7 (NPU 0606791-22.1999.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Maurício da Costa Soares

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO ORDINÁRIA PARA PROVIMENTO EM CARGO PÚBLICO CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONCURSO PÚBLICO. OFENSA À ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO. DIREITO DO AUTOR À NOMEAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. No presente caso, houve ofensa à ordem de classificação do concurso. O Edital previa a possibilidade de o candidato optar por até 05 (cinco) locais de trabalho dentro de um perfil/especialidade, o que seria levado em conta para uma futura nomeação, na hipótese de ser aprovado.
2. O Agravado concorreu ao cargo de Odontólogo/Buco-maxilo-facial e colocou o Hospital Barão de Lucena como primeira opção, para o qual havia duas vagas, e, em segundo plano, o Hospital Geral de Areias, que contava com o mesmo número de vagas.
3. Após a aprovação do Agravado, o Hospital Barão de Lucena emitiu ofício, informando o adiamento temporário da intenção de criar um núcleo para atendimento de pacientes fissurados e sugeriu o remanejamento dos habilitados no concurso a uma outra unidade. Todavia, a sugestão não foi atendida, de modo que o autor deixou de ser investido no cargo.
4. O ato administrativo de adiamento da intenção de criar um núcleo para atendimento de pacientes fissurados no Hospital Barão de Lucena deu-se após a realização do certame e a aprovação dos candidatos, motivo pelo qual a primeira opção do Recorrido tornou-se inviável, deixando de existir.
5. Houve a nomeação de dois candidatos habilitados para o Hospital Geral de Areias, pois o haviam colocado como primeira opção, mas apenas um deles assumiu, de modo que uma vaga continuou sem ser preenchida.
6. Após decorrido o prazo de validade estabelecido para o concurso, sem a efetiva nomeação do concursando aprovado dentro do número de vagas, surge o direito líquido e



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

216
M

certo à nomeação do candidato habilitado, sobretudo ao se considerar o fato que o Agravado passou em primeiro lugar de toda a I DIRES/Diretoria Regional de Saúde, bem como em segundo lugar de todo o concurso na sua especialidade.

7. Resta claro o direito à nomeação do autor Maurício da Costa Soares para o cargo de Odontólogo/Buco-maxilo-acial no Hospital Geral de Areias.

8. Agravo improvido, para manter a decisão combatida em todos os seus termos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de Recurso Agravo na Apelação Cível nº 0215717-7, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Agravo, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

217
M

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0215717-7 (NPU 0606791-22.1999.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Maurício da Costa Soares

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto em face da Decisão Terminativa de fls. 189/198, que manteve a sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, para conceder o direito à nomeação ao autor no cargo perseguido, bem como para julgar improcedente o pedido relativo ao pagamento dos vencimentos atrasados a partir de 28/03/1999, por falta de amparo legal.

Aduz o Agravante que, no presente caso, não houve preterição à ordem classificatória do concurso. Isso porque somente ocorreu a nomeação daqueles candidatos que colocaram o Hospital Geral de Areias como primeira opção. Assim, não teria havido concorrência entre o Agravado e os nomeados para o cargo de Odontólogo/Buco-maxilo-facial no referido centro médico.

Afirma que se trata de nomeação regular, em que os primeiros colocados foram nomeados de acordo com a opção referente ao lugar.

Ademais, sustenta que não é cabível a aplicação da jurisprudência do C. STJ no sentido de que a aprovação em posição classificatória compatível ao número de vagas previstas em edital confere direito à nomeação dentro do prazo de validade do respectivo certame, diante da particularidade do caso de ter o autor colocado como primeira opção a vaga a ser ocupada no Hospital Barão de Lucena e não tendo havido nomeações para tal localidade, por fatores de conveniência e oportunidade administrativa. Isso porque no edital constava que um dos requisitos a ser levado em consideração, para a classificação, seria a escolha do local do trabalho.

Por fim, ressalta que a nomeação às vagas pertinentes à segunda opção não se trata de direito subjetivo do candidato, e sim de faculdade criada pelo edital à Administração,



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

218
M

para evitar evasão do cargo em determinadas localidades. Assim, o fato de haver hospitais localizados na mesma Diretoria não implicaria a identidade de vagas ofertadas no edital.

Requer que seja dado provimento ao presente recurso, a fim de revogar a sentença objeto da Apelação, sendo negados os pedidos articulados pela parte autora, com a inversão dos ônus da sucumbência.

É o Relatório.

Recife, 27 de 04 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

219
A

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0215717-7 (NPU 0606791-22.1999.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Maurício da Costa Soares

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Aduz o Agravante que, no presente caso, não houve preterição à ordem classificatória do concurso. Isso porque somente ocorreu a nomeação daqueles candidatos que colocaram o Hospital Geral de Areias como primeira opção. Assim, não teria havido sequer concorrência entre o Agravado e os nomeados para o cargo de cirurgião buco-maxilo-facial no referido centro médico.

Importa considerar que, conforme o Edital (item 2.2.2.b), o candidato poderia optar por até 05 (cinco) locais de trabalho dentro de um perfil/especialidade, o que seria levado em conta para uma futura nomeação, na hipótese de ser aprovado.

O Agravado, então, colocou o Hospital Barão de Lucena como primeira opção, para o qual havia duas vagas, e, em segundo plano, o Hospital Geral de Areias.

Ocorre que o Hospital Barão de Lucena emitiu ofício, informando o adiamento temporário da intenção de criar um núcleo para atendimento de pacientes fissurados e sugeriu o remanejamento dos habilitados no concurso a uma outra unidade. Todavia, a sugestão não foi atendida, de modo que o autor, ora agravado, deixou de ser investido no cargo.

Importa ressaltar que houve a nomeação dos dois aprovados que colocaram como primeira opção o Hospital Geral de Areias. O primeiro deles (Marcelo Farias de Medeiros), que obteve a mesma nota do Agravado no certame, foi nomeado e assumiu o cargo. A segunda colocada (Paloma Rodrigues Genu), por sua vez, foi nomeada, porém não assumiu, por possuir outros vínculos empregatícios (fls. 87).

Disso se depreende que deixou de ser preenchida uma das vagas ofertadas para o Hospital Geral de Areias, que foi, conforme mencionado, a segunda opção do Agravado.

CSM



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

220
M

Afirma o Agravante não ter havido concorrência entre o recorrido e os nomeados para o HGA, pois não teria inexistido a primeira opção do autor/agravado, mas apenas o juízo de não conveniência de se efetuar nomeação, por parte de Administração Pública. Por isso, aduz que não está obrigada a nomear o candidato habilitado. Não merece ser acolhido o presente argumento. Vejamos.

No momento em que o Edital previu duas vagas para o Hospital Barão de Lucena, o candidato que foi aprovado no concurso, em primeiro lugar, possui o direito subjetivo à nomeação e à posse.

O ato administrativo de adiamento da intenção de criar um núcleo para atendimento de pacientes fissurados no Hospital Barão de Lucena deu-se após a realização do certame e a aprovação dos candidatos, motivo pelo qual a primeira opção do Recorrido tornou-se inviável, deixando de existir.

O entendimento esposado por esta relatoria é o de que a Administração Pública detém a prerrogativa da discricionariedade quanto ao momento mais conveniente para convocação do candidato aprovado, enquanto perdurar o prazo de validade estabelecido para o concurso.

Após decorrido o prazo de validade estabelecido para o concurso, sem a efetiva nomeação do concursando aprovado dentro do número de vagas, surge o direito líquido e certo à nomeação do candidato habilitado, sobretudo ao se considerar o fato que o Agravado passou em primeiro lugar de toda a I DIRES/Diretoria Regional de Saúde, bem como em segundo lugar de todo o concurso na sua especialidade.

Consoante jurisprudência pacífica do C. STJ, os candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas em edital ostentam direito subjetivo à nomeação dentro do prazo de validade do respectivo certame. Confirmam-se os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - CONCURSO PÚBLICO - CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL - DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO - ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE: SÚMULA 83/STJ. 1. O candidato aprovado dentro do número de



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Erik de Sousa Dantas Simões

221
M

vagas previsto no edital tem direito subjetivo a ser nomeado no prazo de validade do concurso. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 207155, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 10/05/2013)

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TERCEIROS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO CONFIGURADO. 1. Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado contra ato da Governadora do Estado e do Secretário de Estado da Saúde Pública, consubstanciado na omissão quanto à nomeação da impetrante para o cargo de Enfermeira do quadro eletivo da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte. 2. O Superior Tribunal de Justiça adota o entendimento de que candidatos aprovados em posição classificatória compatível com vagas previstas em edital possuem direito subjetivo a nomeação e posse dentro do período de validade do concurso. Precedentes do STJ. 3. In casu, o edital previu 259 vagas para o cargo de enfermeiro da região metropolitana da SESAP, e a recorrente logrou a 132ª posição no certame. Também há comprovação de que a Administração Pública realizou contratações temporárias para o mesmo cargo a que concorreu a impetrante, isso antes de expirado o prazo de validade do certame. 4. Desse modo, por entender violado o direito líquido e certo da autora, merece ser acolhido o mandamus. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg nos EDcl no RMS 39131/RN, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 08/05/2013)

Assim, resta claro o direito à nomeação do autor/agravado Maurício da Costa Soares para o cargo de Odontólogo/Buco-maxilo-acial no Hospital Geral de Areias.

Pelas razões expostas, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO**, para manter a decisão combatida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator